

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS: o papel dos Conselhos Deliberativos e o combate à morosidade do processo de desapropriação, a partir de uma experiência de Mato Grosso

Bruno Becker

RESUMO

Analisa-se na presente dissertação instrumentos inovadores para implementar a regularização fundiária em assentamentos rurais, partindo da identificação das principais causas que ensejam a informalidade no campo. O método científico adotado será a pesquisa bibliográfica e documental. A segunda seção trata da cooperação entre o Poder Público e a participação da sociedade civil como mecanismos para garantir maior eficácia à política fundiária. Amparado em Habermas, verificou-se a importância da esfera pública para o exercício da democracia, assumindo os Conselhos Deliberativos, neste caso, papel singular no tratamento das políticas públicas, constituindo um ambiente institucional e organizado para introduzir-se na esfera política as demandas do setor privado. Na terceira e quarta seções, evidenciam-se métodos para garantir maior celeridade aos processos de desapropriação, já que o registro do imóvel em nome do INCRA constitui o primeiro passo para a regularização de assentamentos rurais. Como primeira alternativa para combater a morosidade dos processos de desapropriação, surge a possibilidade de a Advocacia-Geral da União autorizar a não-interposição e a desistência de recursos, naqueles casos em que a controvérsia já se encontre pacificada junto aos tribunais superiores, conforme prevê o art. 4º da Lei nº 9.469/97, observadas as hipóteses relacionadas na Portaria AGU nº 260/2012, Portaria AGU nº 227/2014, Portaria AGU nº 380/2014 e Portaria AGU nº 534/2015. A segunda alternativa proposta constitui a aplicação da teoria dos capítulos de sentença aos processos de desapropriação, na esteira do entendimento de Chiovenda, Liebman, Carnelutti e Dinamarco, instituto previsto timidamente na vigência do CPC/73, que restou consolidado com a promulgação do Novo CPC/2015, viabilizando, com isso, o registro da sentença de desapropriação no curso do processo, mesmo que pendente de julgamento recurso abrangendo outros tópicos da decisão, que não a desapropriação em si considerada.

Palavras-chave: Regularização fundiária; Assentamentos Rurais; Conselhos Deliberativos; Capítulos de Sentença; Registro da desapropriação